

**Título: Práticas alimentares em menores de um ano em Recife - Pernambuco**

Autor(es) Michelle Cardoso Lima\*; Sônia Bechara Coutinho; Pedro Israel Cabral de Lira

E-mail para contato: michellecardosinho@yahoo.com.br

IES: ESTÁCIO FIR / Pernambuco

Palavra(s) Chave(s): aleitamento materno; alimentação complementar; consumo alimentar; saúde da criança

**RESUMO**

As necessidades biológicas, de crescimento e desenvolvimento da criança são afetadas por práticas alimentares inadequadas ocorridas nos dois primeiros anos de vida, estas, exemplificadas pela introdução incorreta e precoce de alimentos complementares, além do desmame precoce. Essa conduta pode levar ao surgimento de enfermidades muitas vezes com repercussões negativas na vida adulta, como desnutrição, déficit no crescimento pômbero-estatural, carência de micronutrientes, exposição aumentada à agentes infecciosos, doenças cardiovasculares, obesidade, diabetes e câncer. Desde a implantação do Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM), na década de 1980, ocorreram melhorias na situação do aleitamento materno (AM). No entanto, ainda existem diferenças regionais significativas, evidenciando a necessidade de ações integradas e continuadas de planejamento, implementação e execução de políticas públicas centradas no fortalecimento do aleitamento materno em todas as suas formas, especialmente no que concerne ao aleitamento materno exclusivo (AME). A complementação do leite materno com outros líquidos não nutritivos (água, chás e sucos) antes dos seis meses de idade ainda é comum, especialmente no nordeste brasileiro, visto que as mães consideram necessária esta complementação. No entanto, deletéria do ponto de vista biológico e nutricional, levando à diminuição da produção de leite materno e do seu consumo, à desnutrição, desmame precoce e ao aumento dos riscos de morbimortalidade. A decisão em parar de amamentar e a introdução precoce e inadequada de outros alimentos é fortemente influenciada pela falta de conhecimento, de apoio à amamentação e ao enfrentamento das dificuldades. Este estudo objetivou identificar as práticas alimentares no primeiro ano de vida e os fatores maternos associados. Estudo transversal, com dados da II Pesquisa de Prevalência do Aleitamento Materno, com 3119 crianças menores de um ano que compareceram à campanha de vacinação em Recife, PE em 2008. Os acompanhantes foram entrevistados através de questionário estruturado contendo variáveis relacionadas à amamentação, introdução de outros líquidos e alimentos, características maternas e relacionadas à criança. Mais de dois terços dos menores de seis meses consumiram outro alimento além do leite materno: 24,7% água, 48,6 % suco, 63% outro tipo leite e 40,3 % mingau. Houve associação entre a maior escolaridade materna e o consumo de água, chá e mingau ( $p < 0,001$ ), além do feijão ( $p < 0,05$ ). Quanto ao trabalho materno, encontrou-se associação com o consumo de água, suco, outro leite, mingau, fruta e comida de sal ( $p < 0,001$ ). A associação entre o consumo de água e mingau com as variáveis maternas permaneceu significativa ( $p < 0,05$ ) após a análise de regressão logística de Poisson. Verificou-se prevalência elevada no consumo de alimentos adoçados e biscoitos recheados/salgadinhos nos primeiros meses. A maior escolaridade e o trabalho maternos foram associados à introdução precoce de líquidos, alimentos sólidos e doces, representando riscos à saúde infantil. Os resultados apresentados indicam que embora a situação do aleitamento materno no município de Recife tenha melhorado, ainda encontra-se muito aquém do recomendado. Estes avanços podem ser creditados às inúmeras iniciativas em prol da amamentação e alimentação saudável. Porém, alguns grupos populacionais precisam ser priorizados pelos programas de incentivo à amamentação e alimentação saudáveis. Mães com maior nível de escolaridade e que trabalham fora de casa constituem categorias de risco para o desmame precoce e para a introdução inoportuna de alimentos complementares, além daqueles alimentos de alto valor energético e baixa importância nutricional. Torna-se necessário realizar diagnóstico da situação e analisar seus indicadores para subsidiar o planejamento de intervenções apropriadas